

ANÁLISE DO PAPEL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Cássia Michele Virgínio da Silva¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do intérprete de Libras em duas escolas municipais de educação básica, que possuem um aluno surdo em cada uma, localizadas nas cidades de São Sepé e Caçapava do Sul, respectivamente. Para isso, foram realizadas entrevistas através de questionário preenchido por e-mail com as duas intérpretes que atuam uma em cada escola. Também compõe este trabalho a pesquisa bibliográfica dos autores que abordam esse tema. Por esses meios coletamos dados e procuramos sistematizar os conhecimentos colhidos durante a pesquisa. Apesar do empenho dos intérpretes ficou evidente que há existência de uma série de problemas quanto à atuação e o papel desempenhado por estes profissionais, que vão desde a sua formação profissional, a sua atuação como professor, a participação da comunidade escolar (professores, estudantes e demais funcionários) e da família na aprendizagem da língua de sinais e principalmente a aquisição da língua de sinais pelo aluno surdo. Para que o surdo possa estar verdadeiramente incluído na escola, esta deve obrigatoriamente proporcionar a aquisição plena de sua língua materna, que é a língua de sinais.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Aluno surdo. Educação. Libras. Papel do Intérprete.

Abstract: This paper aims to analyze the role of the interpreter of Libras in two schools of basic education with inclusion regime in the cities of São Sepé and Caçapava do Sul. For this, interviews were carried out as well as bibliographic research of the authors that approach this theme. By these means we collect data and systematize the knowledge gathered during the interviews. Despite the efforts of the interpreters, it was evident that there are a number of problems regarding the performance and the role played by these professionals, ranging from their professional training, their role as a teacher, the participation of the school community (teachers, students and other employees) and the family in the learning of sign language, and especially the acquisition of sign language by the deaf student. In order for the deaf to be truly inserted in an inclusive school, he must have full possession of his mother tongue.

Keywords: School inclusion. Deaf student. Education. Libras. Role of the Interpreter.

1 INTRODUÇÃO

¹ Professora de Libras na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus Caçapava do Sul. É mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências - UNIPAMPA. Pós-graduada na área de Libras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI. Possui graduação Licenciatura em Letras LIBRAS pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2012)

Este trabalho tem por objetivo analisar o papel do intérprete na educação dos surdos em duas escolas de inclusão nas cidades de São Sepé com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath, e em Caçapava do Sul com a Escola Estadual Januária Leal, ambas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Para isso, realizei entrevistas com os intérpretes bem como a pesquisa bibliográfica de autores que abordam esse tema.

A hipótese levantada é de que os processos de educação inclusiva para surdos não são eficientes quanto à proposta pedagógica de ensino, pois a língua de instrução não é a Língua de Sinais Brasileira – Libras; nem são eficazes quanto à aprendizagem, pois esta depende do papel que o intérprete assume na sala de aula, bem como do professor que na maioria das vezes não sabe se comunicar em língua de sinais o que dificulta o contato com o aluno surdo.

Com o propósito de estudar a inclusão escolar para alunos surdos e o papel do intérprete de Libras foram levantadas as seguintes problemáticas: a) A criança surda entra na sala aula e não tem conteúdo linguístico, nem em Libras, nem em Português; b) A inclusão dos surdos na escola regular apresenta a necessidade do aluno aprender duas línguas (Português e Libras); c) Os professores das disciplinas precisam saber as duas línguas e conhecer o conteúdo curricular da cultura surda – sua trajetória histórica, o reconhecimento das Línguas de Sinais, a comunidade surda mundial, a literatura produzida na área e a escrita de sinais; d) O intérprete da Língua Brasileira de Sinais não desempenha o papel de professor, mas sim de tradutor-intérprete para Libras; porém, a criança ainda não alfabetizada na sua língua materna não reconhecerá os sinais que o profissional intérprete de Libras produz, tampouco compreenderá o português escrito.

A importância desta pesquisa é debater sobre o papel do intérprete e como são trabalhados os aspectos da inclusão escolar para alunos surdos em duas escolas públicas de cidades próximas e a qualidade da educação oferecida para estas pessoas.

É relevante justificar que a disciplina de Libras é conteúdo curricular obrigatório nos cursos de licenciatura em nível médio e superior, bem como no curso de Fonoaudiologia, e optativa nos demais cursos de ensino superior e na educação profissional, como regulamentam os seguintes documentos legais: Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas

portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências e em seu artigo número 18 define que “o Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em Braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação”; e o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

No entanto, apesar destes documentos legais não há garantia de que o ensino ministrado para o aluno surdo será na sua língua natural, ou seja, a língua de sinais. Indicam em seus artigos escolas bilíngues para alunos surdos e ouvintes com professores bilíngues, mas o português é a primeira língua. É como uma criança ouvinte numa escola em um país estrangeiro. Ela não entende nada do que se fala e precisará de atenção pedagógica dobrada porque terá que aprender nova língua para começar a se comunicar e se expressar; e também os outros da turma daquele país não sabem falar a língua dessa criança.

Quando se fala em inclusão escolar para as pessoas com necessidades especiais ou superdotados, estamos falando em educação na mesma língua. Quando falamos em inclusão escolar para surdos estamos falando em educação em línguas diferentes. Entremeios, também há educação dos surdos com necessidades educativas especiais, apesar deste tema não ser abrangido neste trabalho.

As seções a seguir apresentam inicialmente a análise das entrevistas, seguida de uma reflexão teórica a fim de complementar o estudo em questão e por último apresentamos as considerações finais.

2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

[...] só a presença do intérprete não garante a participação efetiva dos alunos surdos; que, em sua ausência, ficavam privados de receber informações transmitidas pelo professor e estabelecer as interações no processo ensino-aprendizagem; uma confusão na delimitação do papel do intérprete; a não formação do professor para trabalhar com as necessidades espaciais dos alunos; enfim, posturas que refletem relações de poder e saber, no ambiente escolar. (LIMA, 2011, p. 170)

Para a realização deste trabalho foram realizadas entrevistas por e-mail questionando sobre a carga horária de trabalho dos intérpretes, quantos alunos surdos são atendidos por cada intérprete, o perfil dos alunos surdos, por exemplo, se usam Libras, tem implante coclear ou prótese auditiva e se possuem deficiências associadas. Também foi questionado como os intérpretes aprenderam Libras e como foi a formação para atuar como intérprete, bem como há quanto tempo trabalham nessa profissão. Outras questões levantadas estão relacionadas ao desenvolvimento do trabalho na escola como, por exemplo, a quantidade de intérpretes, como é o apoio do professor, da escola, da família e da prefeitura; se há Sala de Integração e Recursos (SIR) ou Atendimento Educacional Especializado (AEE); quais as necessidades da escola e dos estudantes surdos percebidas pelos intérpretes; se os estudantes tem auxílio de profissional da fonoaudiologia; e se os intérpretes mantém uma formação continuada. O objetivo era verificar o papel dos intérpretes nessas escolas, as duas únicas com alunos surdos da região.

Uma das intérpretes, (ENTREVISTADA 1) possui carga horária de trabalho de 20 horas semanais e atende uma aluna surda de 17 anos que é oralizada desde a infância. Começou a aprender Libras há apenas dois anos; essa é a primeira intérprete de Libras que essa aluna teve em sua vida. A outra intérprete (ENTREVISTADA 2) trabalha com carga horária de 22 horas semanais e atende três alunas. Duas delas são do 4º ano do ensino fundamental, sendo que uma delas utiliza prótese auditiva, utiliza mais a língua oral e conhece Libras; a outra aluna tem implante coclear, mas não apresenta resultado e utiliza bem a Libras. A terceira aluna é do 7º ano e usa Libras, “mas não possui muito conhecimento ainda, além disso, apresenta aspectos de alguma deficiência intelectual ou cognitiva, pois possui muitas dificuldades no aprendizado e na comunicação” (ENTREVISTADA 2), porém, ela informa que não há laudo específico.

Ao analisarmos as entrevistas constatamos que ambos os intérpretes aprenderam Libras numa disciplina curricular dos seus respectivos cursos de licenciatura e não possuem certificação de proficiência em LIBRAS, como o PROLIBRAS, ou uma graduação em nível superior de tradutor e intérprete, conforme consta no Decreto n.º 5.626, no seu Art. 17: “A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa”.

A entrevistada 1 é formada em pedagogia e refere que fez “Pós em Educação Especial e [está] finalizando Pós em Tradução, Interpretação e Docência em Libras” (ENTREVISTADA 1), mas não informa há quanto tempo trabalha como intérprete.

A entrevistada 2 é formada em Física e “para intérprete realiz[ou] curso a distância de 180h” (ENTREVISTADA 2), trabalhando como intérprete há um ano.

Outro problema identificado consiste no fato de que apenas o intérprete possui conhecimento em LIBRAS.

A entrevistada 1 relata que a maioria dos professores e alunos não sabem Libras. Os pais são ouvintes e separados, também não conhecem a língua de sinais, mas são presentes na educação da menina e a comunicação entre eles é por gestos caseiros, escrita ou leitura labial. Tem sala de AEE, mas não “há profissional com formação em Libras” e, quanto às aulas, a entrevistada informa que não tem acesso ao material com antecedência. Também diz que “em alguns momentos acab[a] escrevendo o que ela não entende.” Um ponto positivo informado é que a aluna está tendo contato com outros surdos “o que visivelmente, ampliou seu vocabulário e fluência em Libras.” (ENTREVISTADA 1).

A entrevistada 2 não informa dados sobre o conhecimento em Libras da comunidade escolar e famílias. Informa que seu cargo tem o nome de Professor Intérprete de LIBRAS e que as alunas são atendidas cerca de duas vezes por semana: “Acompanho a aluna do 7º ano em Matemática, Geografia e Português, as do 4º ano as disciplinas são juntas.” Possui horário disponível para planejamento, mas não recebe o planejamento dos conteúdos com antecedência. Entretanto, recebe apoio dos professores, pois eles “colaboram permitindo que [...] leve materiais diferentes para as alunas.” Acompanha o grupo de estudos uma vez por semana com as três alunas e a educadora especial do AEE que ensina Libras. Diz também que recebe apoio da prefeitura para formação continuada. Ela afirma que as alunas estão em processo de alfabetização e que busca estratégias para superar alguns problemas de aprendizagem, principalmente da aluna do sétimo ano, “produzindo apostilas, trabalhos avaliativos e as provas.”

As alunas estão em fase de alfabetização, isso dificulta principalmente o trabalho com a aluna do 7º ano, muitas vezes não consigo interpretar nada que ela compreenda devido o comprometimento cognitivo, então mostro

figuras no livro e nas apostilas que faço, ela não acompanha o conteúdo do ano que estuda, está em fase inicial do aprendizado. (ENTREVISTADA 2).

Ambas as entrevistadas observam que uma das principais necessidades é a contratação de mais intérpretes para acompanhar diariamente as alunas, a necessidade de que a comunidade escolar e as famílias conheçam a Libras através da promoção de cursos a fim de ampliar a acessibilidade das alunas surdas, a necessidade de um instrutor surdo de Libras e a necessidade de organizar associações de surdos.

Quanto ao acompanhamento de profissional da fonoaudiologia a entrevistada 1 informa que a aluna frequentou até os 15 anos de idade e depois que ampliou seu “contato com outros surdos encontrou a sua identidade na Língua de Sinais e na Cultura surda.” (ENTREVISTADA 1). A entrevistada 2 diz que as alunas recebem atendimento em outro lugar que desconhece. Ambas pretendem continuar estudando e mantendo o contato com a comunidade e cultura surda.

A carência de profissionais com conhecimento de Libras para atuarem nas escolas desses municípios, a necessidade de mais intérpretes para atuarem diariamente com estes alunos, o contato com outros surdos, o fortalecimento da identidade e da cultura do aluno surdo, o envolvimento da família com a língua de sinais e a certificação de proficiência dos profissionais que já atuam no processo educacional de alunos surdos são exemplos de obstáculos que precisam ser superados para garantir o acesso a uma educação de qualidade para os estudantes surdos.

Fica evidente por parte dos entrevistados a procura pela formação continuada através de cursos de pós-graduação à distância. Entretanto, esses cursos de pós-graduação em Libras, apesar de possuírem uma boa carga horária (geralmente entre 360h e 440h) não subsidiam a formação linguística e não capacitam para a atividade de tradução e interpretação de Libras.

A formação na língua e a formação do tradutor e intérprete de Libras é adquirida através de cursos de nível técnico e de nível superior com formação específica para Tradutor e Intérprete de Libras, sendo mais conhecidos nos Institutos Técnicos Federais (IF), nas Universidades Federais e algumas Faculdades particulares autorizadas pelo MEC, nas várias regiões do Brasil. A pós-graduação deve ser um processo de formação continuada, a fim de especializar-se na profissão de tradutor e intérprete de Libras.

3 REFLEXÃO TEÓRICA

O intérprete de Libras-Português é um profissional que domina a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa, e é qualificado para desempenhar a função de tradutor e intérprete. No Brasil existiu até 2015 um exame nacional de proficiência em Libras na área da educação e da tradução chamado PROLIBRAS. Os candidatos aprovados nesse exame estão habilitados a trabalhar como tradutores e intérpretes. No Decreto 5.626/2005 foi estabelecido um período de dez anos para a realização do PROLIBRAS e após esse período fica estabelecido que a formação do tradutor e intérprete de Libras será efetivada através de curso superior. Podemos citar o curso de bacharel Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e atualmente, com início em 2016, o curso de bacharelado em Letras - Tradutor e Intérprete de Libras na Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). No caso das intérpretes entrevistadas, podemos perceber que nenhuma delas possui a formação profissional exigida para o exercício da função, e muitas vezes assumem a função de professor para com o aluno surdo.

Primeiramente, deve-se destacar que se a aluna ou aluno surdo, independente da idade e da etapa escolar em que se encontra, não conhece a língua de sinais, fica difícil realizar uma interpretação simultânea da aula, isto é, na hora junto com o professor. Misturar alunos ouvintes que recebem aula em sua modalidade de língua oral e inserir o aluno surdo que ainda não tem a aquisição da língua de sinais e tão pouco da língua portuguesa é contraproducente para o desenvolvimento escolar desse estudante. Existe a necessidade de que o aluno surdo adquira primeiro a língua materna, ou seja, a língua de sinais, para que depois o intérprete consiga desempenhar o seu papel. Somente assim, o aluno surdo conseguirá entender o contexto das aulas.

O intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar a relação com o aluno, para que o conhecimento que se almeja seja construído. O incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso desse aluno. (LACERDA, 2002, p. 123)

O responsável por ministrar as aulas é sempre o professor. É ele que planeja a aula e foca os conteúdos procurando antecipar este planejamento para o intérprete. Já o intérprete tem como foco o aluno surdo, elaborando estratégias linguísticas e referenciais buscando estar em sintonia com a aula do professor. Destaca Lacerda (2014, p. 35)

É importante que o professor regente de classe conheça a língua de sinais, não deixando toda a responsabilidade da comunicação com os alunos surdos para o intérprete, já que a responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode e não deve recair somente no intérprete, visto que seu papel é interpretar. A responsabilidade de ensinar é do professor.

Para o planejamento tradutório ou organização linguística do texto oral ou texto base para as aulas do aluno surdo, o intérprete precisará conhecer o quê vai interpretar na aula, buscar estratégias e pensar no planejamento. Quando um profissional intérprete é chamado para dentro de uma sala de aula não pode produzir sentido diferente do original em seu processo de interpretação, pois assim o surdo não compreenderá as aulas, acarretando um grave prejuízo para o estudante. É por essa razão que é importante o aluno surdo possuir sólidos conhecimentos na língua de sinais para conseguir acompanhar a aula numa escola inclusiva.

No seu processo de alfabetização é importante que o aluno surdo esteja inserido dentro de uma escola bilíngue onde a primeira língua seja Libras. Nesse modelo, o professor precisa saber a língua de sinais e conhecer a cultura surda. O profissional intérprete não tem pretensão de medir conhecimentos com o professor, mas sim de garantir uma comunicação eficaz entre este e o aluno (LACERDA, 2002, 2014).

O papel do intérprete não é substituir o professor ou ter um papel como professor na sala de aula. Ele tem responsabilidade de buscar estratégias e materiais para desenvolver o seu trabalho, mas não se podem confundir os papéis; senão, o intérprete assume o papel de dar aulas para o aluno surdo e o professor acaba ignorando este, não pensando estratégias e conteúdos para que ele esteja verdadeiramente incluído ficando apenas o intérprete como o responsável pela educação do estudante surdo. De acordo com Marcon (2012, p. 239)

[...] o responsável pela aquisição do conhecimento é sempre o professor, por ser ele o conhecedor do assunto. Além disso, o intérprete organiza seu planejamento, elaborando estratégias linguísticas e referenciais também por

meio dos conhecimentos do professor. Desse modo, o planejamento tradutório, ou seja, a organização linguística do texto falado ou escrito sobre o tema a ser tratado, depende das explicações que o educador disponibiliza ao intérprete.

Dessa maneira o estudante surdo ficará carente de conhecimento da língua de sinais e da cultura surda e essas crianças ou adolescentes ficarão prejudicados na construção de sua identidade. É importante o surdo ter o entendimento da igualdade de condições dentro de uma escola bilíngue, respeitando sua língua materna.

Qual o papel do intérprete? Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos: a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (QUADROS, 2004, p. 25).

A citação acima pode nos dar uma noção temporal da importância do tema em debate neste artigo. Na escola de inclusão não está certo chamar um intérprete profissional se o aluno surdo ainda não conhece a língua de sinais! Percebe-se através das entrevistas que na região pesquisada há um pouco de conhecimento sobre o papel do intérprete de Libras e também sobre as Leis que garantem a acessibilidade linguística e a educação integral na língua materna para os sujeitos surdos. É importante destacar que em ambas as cidades as pessoas não conhecem a língua de sinais, as famílias não sabem a língua de sinais e acreditam que o simples fato de ter um intérprete na sala de aula haverá a integração dos alunos surdos.

O papel do intérprete profissional em palestra, na faculdade, em congresso ou na escola, onde haja interpretação simultânea ou consecutiva, só fará sentido se o surdo souber primeiro a sua língua natural.

Muitas crianças surdas aprendem tardiamente a língua de sinais porque não tem como elas aprenderem sozinhas a sua língua natural principalmente porque seus pais e professores da escola também não sabem a língua de sinais. Como a criança aprenderá primeiro a língua

de sinais se não tem acessibilidade no desenvolvimento da sua própria língua natural para a comunicação?

Fernandes (2003b) assevera que a criança deve aprender uma Língua até os 12 anos de idade, pois, após essa fase ela tem seu processo de aquisição da Língua e desenvolvimento cognitivo comprometidos, uma vez que a língua tem papel fundamental nesse processo. (FARIA, ALVES, BATISTA, MONTEIRO, 2011, p. 181).

É importante o desenvolvimento de sua língua natural e principalmente conviver, comunicar e interagir diariamente primeiro na língua de sinais em ambientes como na escola ou em casa. Posteriormente, o surdo aprenderá a segunda língua que também é importante para o seu desenvolvimento. Contudo, nas escolas inclusivas a criança surda aprende a língua de sinais tardiamente, ocasionando um sério prejuízo em aspectos cognitivos de aquisição da língua, bem como na construção de sua identidade e na formação cultural. Como o autor Mayberry (1998 apud FARIA, ALVES, BATISTA, MONTEIRO, 2011, p. 181) lembra:

A partir das indicações dos estudos sobre surdez, é necessário que os setores institucionais envolvidos no processo de proteção ao surdo estejam atentos e providenciem para que, crianças com surdez, aprendam a Libras o mais cedo possível. Até porque, além do prejuízo no desenvolvimento, o surdo que aprende a língua de sinais tardiamente tem problemas de compreensão e esquece os significados das sentenças.

Na escola inclusiva não existem conteúdos próprios da cultura surda (STUMPF, 2008, p. 20), o professor não sabe ensinar ao surdo e a “solução” é colocar um intérprete dentro da sala de aula.

Na escola bilíngue o professor - surdo ou ouvinte fluente na língua de sinais - interage com as crianças surdas na língua de sinais, essa comunicação desenvolve rapidamente na criança a sua língua natural. A intimidade e o contato possibilitam adquirir a língua de sinais e fortalecem a construção da identidade das pessoas surdas.

De acordo com Fernandes (2003b), uma vez reconhecida a língua de sinais como língua natural do surdo, é necessário criar espaço para que ele desenvolva a habilidade enquanto falante da própria língua e, conforme Dizeu e Caparoli (2005), é preciso promover integração entre os surdos e sua cultura para que possam se identificar e comunicar-se em sua língua. Nesses

espaços, e com a mediação da língua, esses sujeitos podem formar identidade e firmar espaço na sociedade. A construção da identidade das pessoas surdas apresenta uma relação com a aquisição da Libras, por ser língua natural. Conforme afirma Santana (2007, p.41), “a maioria dos estudos tem como base a idéia de que a identidade surda está relacionada ao uso da língua. Usar a língua de sinais em contato com outro surdo é o que define, basicamente, tal identidade”. Além de a língua possibilitar a formação da identidade, ela também viabiliza a interação social e consequentemente o desenvolvimento cognitivo [...]. (FARIA, ALVES, BATISTA, MONTEIRO, 2011, p. 182).

Os ouvintes falam todos os dias na sua primeira língua que é de modalidade oral, como não sabem a língua de modalidade sinalizada, não conseguem interagir com os alunos surdos. Apenas a presença do intérprete é insuficiente para solucionar o problema do sujeito surdo na comunicação com os demais agentes escolares. Conforme cita a autora:

Ao mesmo tempo em que apenas foi reconhecido o direito do surdo à sua própria língua surge a equação, talvez impossível de resolver. Como ele será sujeito, em um ambiente inclusivo de maioria ouvinte, usuária de uma língua oral? (STUMPF, 2008, p. 17).

A presença de um professor surdo todos os dias acompanhando as aulas influencia e favorece a aprendizagem e o desenvolvimento do sujeito surdo na construção de sua identidade e no fortalecimento de sua cultura.

O intérprete é condição de acessibilidade na falta do professor surdo ou do professor ouvinte que seja fluente em Libras. Mas, fazer de conta que um único professor pode falar duas línguas ao mesmo tempo é fingir que o ensino é inclusivo. Não se pode falar de inclusão se não são postas as condições necessárias. (STUMPF, 2008, p. 26).

Percebemos nas entrevistas que os intérpretes, pelo limite da carga horária de trabalho, não participam diariamente da aprendizagem dos alunos surdos. Um intérprete que atende mais de um aluno surdo precisa dividir seu horário aproximadamente em duas vezes semanais para cada um, pois cada um está numa turma diferente e também acompanha o atendimento no AEE, além de preparar material pedagógico. O outro intérprete, que além de atender as aulas, precisa ela própria realizar atendimento no turno inverso porque a especialista do AEE não sabe Libras. Infelizmente, como a comunidade escolar não possui conhecimento da língua

de sinais, e os alunos possuem um desenvolvimento tardio da língua, os alunos surdos ficam atrasados e acaba gerando uma dificuldade na compreensão dos conteúdos.

Podemos supor através das entrevistas que nessas escolas do interior os alunos surdos também são analfabetos na língua de sinais. Lembremos que a formação do intérprete de Libras é de bacharelado não sendo, assim, um profissional formado para ensinar uma língua; diferente dos professores que possuem formação em licenciatura. No entanto, nas escolas de inclusão os professores não sabem a língua de sinais ensinando para o aluno somente uma língua: o português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sou professora surda com ensino superior e trabalho com a disciplina de Libras. Tenho minha experiência pessoal como motivador dessa pesquisa, pois fui aluna de escola de inclusão e não tive acompanhamento de intérprete na minha educação básica, tendo essa acessibilidade somente no ensino superior. Nossa luta pelo reconhecimento de nossa língua se fortifica com a consolidação de Leis. E deve continuar no sentido de reconhecimento do ensino na língua materna, fortalecendo a cultura e a identidade do sujeito surdo constituindo em comunidade formas de superar as barreiras de acessibilidade ainda existentes.

Eu continuo a lutar pela acessibilidade garantida pelas leis; busquei minha autonomia na comunicação. Mas na maioria das vezes assumo gastos particulares com tradutor-intérprete em locais como bancos, hospitais, consultas médicas, PROCON, Correios, empresas de telefonia e nos mais variados lugares que dependo de intérpretes para explicar problemas complexos.

A sociedade ainda não reconhece plenamente a cultura surda, a identidade e o sujeito surdo, e nas cidades do interior é ainda maior esse desconhecimento. A orientação médica ainda é desenvolver o uso da oralização sem a utilização da língua de sinais. Isso torna o desenvolvimento cognitivo do sujeito surdo tardio, pois aprende uma língua oral que só lhe faz sentido através de uma língua de sinais.

Na reflexão sobre o papel do intérprete de Libras dos conteúdos nas disciplinas em uma escola de educação básica, com os alunos de inclusão surdos que desconhecem a língua

de sinais, como o intérprete interage com esses alunos que possuem dificuldades linguísticas e também com os textos e palavras que para os surdos são desconhecidas?

O papel do intérprete de libras não pode ser confundido com o do professor. Na verdade, esses profissionais são preparados de formas diferentes, um com formação em bacharelado e o outro em licenciatura. Infelizmente, os intérpretes que atuam nas escolas pesquisadas não possuem qualquer certificação como um curso técnico ou o PROLIBRAS. Devemos nos perguntar: onde a criança surda aprenderá a primeira língua? Como a família vai se comunicar com o surdo? A interação da criança com a comunidade escolar será unicamente com o intérprete?

Não querendo esgotar aqui esse assunto tão importante para a comunidade surda, a continuidade dos estudos e pesquisas nessa área mostra ser fundamental para que os alunos surdos tenham garantido o acesso de qualidade em sua educação e o direito ao uso de sua língua natural: a língua de sinais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm> Acesso em: 04 fev. 2017.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acesso em: 04 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 04 fev. 2017.

FARIA, E. M. B. de; ALVES, E. de O.; BATISTA, M. G. D. de A. e M.; MONTEIRO, R. de F. F. V. Língua de sinais: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e

interacional do surdo. In: DORZIAT, A. (Org.). **Estudos Surdos diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação. 2011

GRUPO UNIASSELVI. **Cadernos de Pesquisa**. Indaial. 2011.

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 6ª ed. Porto Alegre: Medição, 2014. 95 p.

_____. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. et al. **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

_____; GURGEL, T. M. A. Perfil de Tradutores-Intérpretes de Libras (TILS) que atuam no Ensino Superior no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.17, n.3, p.481-496, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 nov 2020.

LIMA, N. M. F. de. Inclusão escolar de surdos: o dito e o feito. In: DORZIAT, A. (Org.). **Estudos Surdos diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação. 2011

MARCON, A. M. O papel do tradutor/intérprete de Libras na compreensão de conceitos pelo surdo. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/644681b81f2cb7f90f93b613729ef637.pdf>. Acesso em: 06 nov 2020.

QUADROS, R. M de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 21 mar 2018.

STUMPF, M. R. Mudanças estruturais para uma inclusão ética. In: QUADROS, R. M de. (Org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul. 2008.